

**ENSAIO A PARTIR DE UMA BANCA:
PLANO POPULAR DO CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)**

*ESSAY FROM A VIVA EXAMINATION:
POPULAR PLAN OF THE CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)*

*ENSAYO DESDE UNA BANCA:
PLANO POPULAR DO CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)*

Bruno Cesar Eufrasio de Mello
brunocesaremello@ufrgs.br

RESUMO

Em abril de 2022 participei, na condição de avaliador externo, da banca do Plano Popular do Corredor das Tropas, um contraprojeto para o Passo dos Negros, Pelotas/RS. Sua apresentação representou a conclusão do trabalho da Nucleação Pelotas/UFPel do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da UFBA. O presente ensaio não descreve o trabalho dos arquitetos e urbanistas residentes em seus pormenores, já que o autor deste ensaio não é autor ou orientador do Plano Popular, mas reflete a partir das provocações suscitadas por essa experiência. E, para tal, explora três debates: sobre o arquiteto útil, sobre o papel do projeto e sobre o ensino do profissional reflexivo.

Palavras-chave: Arquiteto; Projeto; Ensino; Plano Popular; Pelotas.

ABSTRACT

In April 2022, I was the external evaluator in the viva examination of the Popular Urban Plan to Corredor das Tropas, a counter-project for Passo dos Negros, Pelotas/RS. This presentation represented the work conclusion from the Nucleação Pelotas/UFPel, for the UFBA Specialization Course in Technical Assistance, Housing and Right to the City. This essay does not describe the work of the resident architects and urban planners in detail since the author of this essay is not the author or advisor of the Popular Plan but reflects on the provocations raised by this experience. To this end, it explores three debates: the useful architect, the role of the design, and the teaching for a reflective professional.

Keywords: Architect; Project; Teaching; Popular Urban Plan; Pelotas.

1. Introdução

A cabeça pensa onde os pés pisam.
Frei Betto

Frio de outono, apesar do sol, no sul do Brasil. Na plateia, moradores do Corredor das Tropas, um vereador do Psol e sua assessora, além de professores, estudantes, amigos. Todos reunidos na sala de ateliê de projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Nesse cenário, ao fim de abril de 2022, participei, na condição de avaliador externo, da sessão pública de defesa do trabalho Plano Popular do Corredor das Tropas, um contraprojeto para o Passo dos Negros, Pelotas/RS (GALBIATTI, FAGUNDES, RIBEIRO, 2022). Seus autores foram os profissionais-residentes – e naquela ocasião, candidatos a Especialistas em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – os arquitetos e urbanistas Flávia Pagnoncelli Galbiatti, Luiza Maia Fagundes e Rodolfo Barbosa Ribeiro. O trabalho foi orientado pelo professor André de Oliveira Torres Carrasco (UFPel) e co-orientado pelas professoras Nirce Saffer Medvedovski (UFPel) e Angela Gordilho (UFBA). Sua apresentação representou a conclusão do trabalho da Nucleação Pelotas/UFPel do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumidamente, posso dizer que o Plano foi motivado pelo reconhecimento de uma disputa no território junto ao Canal São Gonçalo, a sudeste da cidade. Há ali dois polos em conflito: de um lado, o avanço especulativo sobre um vazio urbano de dimensões consideráveis, avanço esse viabilizado por alterações no Plano Diretor Municipal, feitas para que poucos exerçam o seu (e só seu) sagrado direito de ganhar dinheiro sobre os bens da natureza e o trabalho da sociedade. De outro lado, os moradores pobres que, ao longo de décadas, ocupam a área e que pretendem permanecer na região com dignidade. Foi essa disputa que atraiu os profissionais-residentes.

As mudanças no Plano Diretor são escandalosas, mas não surpreendem. O trabalho mostra claramente as alterações na legislação de uso e ocupação do solo no varejo, para viabilizar empreendimentos de alto padrão sobre áreas de especial interesse social, natural e histórico.

O trabalho técnico-participativo do pequeno grupo de profissionais residentes resultou em um contraplano, ou seja, um plano que se contrapõe às mudanças do Plano Diretor em curso. Um contraplano que emerge de outras bases, a partir das experiências e da vivência da população local, que participou ativamente de sua elaboração. Um Plano Popular que se fez, apesar do Estado e, mais do que isso, contra o Estado, porque foi a favor dos interesses populares negligenciados. O Plano coloca-se, portanto, sem precisar dizê-lo claramente, alinhado às propostas de planejamento colaborativo, subversivo, agonístico (BUGS, 2014), as quais incorporam novas lógicas e racionalidades à utopia de um contraplanejamento (RANDOLPH, 2016).

O conflito evidencia que a prefeitura e a especulação imobiliária têm os seus técnicos. Agora, contudo, os moradores da ocupação também passaram a ter os seus técnicos – os arquitetos residentes. Ao contar com o apoio técnico-especializado oferecido pela universidade, conseguem disputar projetos para o território “nos mesmos termos técnicos apresentados pela articulação entre poder público e mercado imobiliário, porém a partir de outras bases, relacionados ao processo histórico e cultural das formas de viver e fazer cidade dos moradores nessa região” (GALBIATTI, FAGUNDES, RIBEIRO, 2022, p.9).

A documentação apresentada pela equipe – relatório e desenhos técnicos – é competente e inquietante. Não há razão para descrevê-la aqui em detalhes, já que a apresentação do trabalho, seguida da arguição dos integrantes da banca, pode ser assistida no Youtube. Posso dizer, entretanto, que, em síntese, o Plano é composto por um projeto de urbanização (com desenhos de soluções viárias para pedestres e automóveis, de espaços públicos e áreas de lazer), por projetos de unidades habitacionais (reformas ou construções de novas residências), além do relatório técnico que descreve as premissas da proposta. O Plano dá atenção especial ao projeto das infraestruturas de drenagem urbana, uma vez que a região é alagável.

O Plano Popular do Corredor das Tropas é provocativo. Ele suscitou questões que me motivaram a escrever este ensaio. Entre elas, explorarei três: i) sobre o arquiteto útil; ii) sobre o papel do projeto; iii) sobre o ensino do profissional reflexivo. Antes de examiná-las, é necessário realizar uma breve nota a propósito da participação em projetos.

2. Breve nota a propósito da participação em projetos

Durante os anos 1960 e 1970, uma série de experiências críticas passou a sugerir a superação das premissas do Movimento Moderno e do Estilo Internacional, mesmo que mantendo, de fato, alguma continuidade com eles. Eram iniciativas que propunham, por exemplo, uma nova atitude humanista e de relação com o contexto. Eram “soluções mais experimentais, atrevidas, versáteis e adequadas a cada contexto social, que não imponha modelos senão que aprendam de cada lugar” (MONTANER, 2009, p.127).

Alguns trabalhos representam essa mudança de mentalidade. Entre eles, Montaner (2009) cita como iniciativas pioneiras: A exposição e catálogo Arquitetura sem arquitetos (1964), de Bernard Rudofsky, a qual mostra “que a arquitetura dos arquitetos é incapaz de produzir a beleza, sentido comum, adequação e capacidade de permanência das arquiteturas populares de muitas culturas” (MONTANER, 2009, p.128); o estudo Le Corbusier em Pessac, de Philippe Boudon (elaborado em 1967 e publicado em 1969), que “interpreta pela primeira vez as transformações que os usuários exerceram sobre os edifícios projetados por Le Corbusier como um fenômeno positivo e vital, como a expressão de uma ideia arquetípica de lar que sempre acaba aparecendo” (MONTANER, 2009, p.128).

Ao longo dos anos 1970, diversas elaborações teóricas passam a formular métodos de projeto “dirigidos para uma nova arquitetura pensada em função dos usuários e de suas possibilidades de participação nos espaços públicos e privados” (MONTANER, 2009, p.129). A esse propósito, as três teorias mais consistentes no campo da arquitetura foram propostas por John F. Turner, N. J. Habraken e Christopher Alexander. Para Montaner (2009), as propostas desses arquitetos se inserem nessa nova sensibilidade nascente, “a que não renuncia aos avanços da ciência e da tecnologia, e considera vital a adaptação e versatilidade destas para superar todos seus próprios aspectos negativos, depredadores,

homogeneizadores, contaminantes e desumanizadores” (MONTANER, 2009, p.129). A intenção era de que a tecnologia adotasse, portanto, “uma face humana” (MONTANER, 2009, p.129). Pode-se citar, ainda como exemplos de iniciativas pautadas pela participação, os trabalhos de Giancarlo de Carlo – arquiteto italiano que buscava a participação dos moradores nas decisões de projeto (BARONE, DOBRY, 2004) – e Hassan Fathy – arquiteto egípcio que, ao construir com o povo, recuperou técnicas artesanais de construção de cúpulas de tijolos sem o uso e formas (FATHY, 1982).

No caso brasileiro, por exemplo, são notáveis as experiências do urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981, 2017b). Santos começou a lidar com favelas em 1964, quando ainda era estudante. A data é importante, pois foi quando começaram as remoções de favelas no Rio de Janeiro, sob a administração do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. As remoções se estenderiam por uma década. Em 1965, Santos passou a assessorar a Federação das Associações de Favelados do Estado da Guanabara (FAFEG). E foi a partir desse contato inicial com favelados, associações de moradores e organizações sociais que ele (e o escritório que ele integrava, Quadra) acompanhou a resistência às remoções e a urbanização da favela de Brás de Pina, na segunda metade da década de 1960 e, posteriormente, as transformações no bairro do Catumbi.

Outra experiência notável de apoio técnico de profissionais dispostos a trabalhar junto à população mais pobre e aos sem-teto é aquela realizada na cidade de São Paulo a partir de meados da década de 1980. No bojo do fim da ditadura militar e início da abertura política, movimentos sociais de luta por moradia foram sendo organizados. Eles passaram a colocar em pauta as melhorias em favelas e a regularização fundiária. Nesse momento, tomando como referência as experiências de assessoria técnica das Cooperativas de *Vivenda por Ayuda Mútua* Uruguaias, profissionais sediados em São Paulo começaram a desenvolver projetos e obras “executadas em mutirão, de forma coletiva e diretamente pelos futuros moradores”, o que se tornou “um campo de atuação de profissionais da arquitetura e urbanismo, na busca por soluções de projeto e obra de habitações dialogadas com os usuários, mais adequadas às necessidades” (CARDOSO, AMORE, 2018, p.4). A partir de iniciativas pioneiras como a da Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da cidade, passaram a se organizar outras na região metropolitana de São Paulo, “numa construção paulatina do ideal de autogestão produção da moradia, onde os cidadãos poderiam participar diretamente do processo de decisão sobre o projeto do bairro e da casa, da compra de materiais e da contratação de mão de obra especializada” (CARDOSO, AMORE, 2018, p.4).

Atualmente, após décadas de experiências e iniciativas, grupos de arquitetos e urbanistas continuam prestando assessoria ou assistência técnica em projetos de melhorias habitacionais, urbanização de vilas populares e favelas pautados por processos de participação. Podemos citar como exemplos atuantes hoje as assessorias técnicas paulistas Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado e a Pebiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, além do escritório gaúcho AH! Arquitetura

Humana. Em casos como esses, as assessorias parecem querer ultrapassar as noções de cliente, usuário e beneficiário, pois “alguém que participasse da produção não seria apenas usuário ou beneficiário, enquanto um processo de produção que restringe os não especialistas ao papel de usuários ou beneficiários não é participativo” (KAPP, 2018, p.226). Trabalham, portanto, em colaboração com movimentos sociais, associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, representações de povos quilombolas e indígenas. Atuam como defensores, mediadores ou consultores (MELLO *et al*, 2019) desses grupos socioespaciais (KAPP, 2018).

Iniciativas como a promovida pela UFBA-UFPe – um curso de especialização para arquitetos e urbanistas que pretendem atuar na urbanização de favelas, ocupações e produção de habitação de interesse social – são tributárias de todas as iniciativas descritas anteriormente. Não representam, contudo, o fim da crítica radical que se tornou mais visível a partir da década de 1960. Elas apontam para formas outras de pensar a formação e a atuação profissional. Como afirma Lopes (2018, p.250-251):

“Iniciativas como os programas de residência profissional, as diversas modalidades de extensão universitária, a abertura das pesquisas acadêmicas à imersão nas dimensões mais práticas de seus objetos, as atividades dos estudantes em escritórios-modelo e mesmo uma aproximação mais intensa entre estudantes e grupos de assessoria técnica, talvez nos auxiliem no esboço de uma nova ordem para o exercício profissional, destituindo o modelo pretensamente universal prefigurado pelo arquiteto personagem das revistas especializadas”.

3. O arquiteto útil

E o que é um profissional se não um corpo que sonhava e que foi transformado em ferramenta? As ferramentas são úteis. Necessárias. Mas – que pena – não sabem sonhar... (ALVES, 2012a, p.43).

Santo Amore (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2017) tem problematizado a utilidade do arquiteto. Segundo ele, a sociedade compreende que o arquiteto é um profissional que oferece seus caros serviços à elite e de que seu sucesso na carreira só pode ser medido pela capacidade – ou falta dela – de realizar obras autorais de alto padrão. Portanto, seu trabalho só seria útil a uma diminuta parcela da sociedade – aquela que tem dinheiro para contratá-lo.

Quero explorar essa provocação. A utilidade vincula-se à atribuição de um “valor subjetivo ou proveitoso para um objeto” (BUNGE, 2012, p.397). Conforme Bunge (2012, p.397), “enquanto a utilidade econômica é amiúde bem-definida (a saber, como proveito ou ganho em dólares), a concepção geral de utilidade não o é”. Ou seja, a utilidade medida pela régua do lucro é bem definida. A concepção geral, mais fugidia, já que não quantificável ou empiricamente justificada, não o é. E como nossa sociedade “não tolera a inutilidade. Tudo tem que ser transformado em lucro” (ALVES, 2012a, p.42), tudo o que não é precificável tende a ter sua utilidade questionada. Mas que saberes que não trazem lucro podem ser úteis?

Nesses termos, a atuação de um arquiteto útil, portanto, deve ser problematizada. Rubem Alves (2012b, p.117), citando o sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, compara a situação dos cientistas (eu aqui estenderia a analogia aos profissionais de formação superior, como os arquitetos) como a de remadores no porão de uma grande embarcação. Todos estão nesse porão, suados de tanto remar, congratulando-se pela velocidade que conseguem dar ao barco. Entretanto, ninguém sabe para onde o barco vai.

Em um mundo capitalista, orientado pela lógica da utilidade econômica, as ações e relações são medidas pela capacidade de produzir ganhos monetários imediatos (ORDINE, 2016). São eles que determinam o que é útil ou inútil. São eles, portanto, que indicam o rumo a seguir. No barco da analogia usada por Alves, alguém poderia perguntar: os remadores estão nos levando a ter mais ou menos lucro? E eu perguntaria: e os arquitetos, inseridos na complexa e multifacetada indústria da construção civil, o que estariam fazendo?

O que o trabalho do Corredor das Tropas coloca é que deve haver outras réguas de medida para aferir a utilidade ou inutilidade do exercício da arquitetura para além do lucro ou do sucesso profissional vinculado à elaboração de projetos extraordinários. Como pergunta Whitaker (2011), “não seria hora de revermos nossos ideais de sucesso profissional, que no Brasil parecem reduzir a questão tão somente a uma arquitetura autoral – por vezes excelente – destinada quase que invariavelmente aos estratos sociais de alta renda?”

O Plano para o Corredor das Tropas demonstra que outros parâmetros devem ser considerados na definição da excelência arquitetônica, como o bem-viver ou o respeito ao meio ambiente. Desse modo, se inútil para a indústria da construção civil organizada para a concentração de riqueza nas mãos de poucas empreiteiras, é bastante útil para o projeto de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que busque erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais – todos esses objetivos fundamentais da República gravados no Art. 3º da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Há, portanto, coisas que não são precificáveis. Seu valor está absolutamente desvinculado de qualquer fim utilitarista-econômico.

Por isso, creio que o trabalho do Corredor das Tropas evoca o elogio a um outro tipo de utilidade do arquiteto, que não serve apenas à lógica do lucro financeiro, mas que se subordina à justiça social e à cidadania. Como afirma Ordine (2016, p.9), “considero útil tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores”, concepção “distante de qualquer vínculo prático e comercial”.

O curso de Especialização em ATHIS é mais que um processo de complementação técnica. É um processo de formação profissional crítica, participativa e solidária. Faz os profissionais sonharem com um mundo melhor, no próprio exercício de construção desse mundo. Realiza a práxis *paulofreireana* (FREIRE, 1987), isto é, estabelece uma estreita relação entre a interpretação da realidade (o reconhecimento das desigualdades, da falta de moradia, etc.) e a prática decorrente desta compreensão

(a atuação em assistência técnica para combater essa desigualdade e essa falta de moradia), sempre em uma perspectiva crítica e transformadora.

Se, como afirma Paulo Freire (1987), “o mundo não é, o mundo está sendo”, é preciso olhar criticamente para a realidade e construir um conhecimento do mundo a partir do diálogo e da problematização com os homens e as mulheres, do contexto em que as pessoas vivem, da experiência concreta em que estão imersos. Isso é algo que o Plano faz.

4. O papel do projeto

*Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica.
Fora disso sou doido, com todo o direito a sê-lo.
Com todo o direito a sê-lo, ouviram?*
(PESSOA, 2016)

É sabido que no campo da Arquitetura e Urbanismo o projeto corresponde a um produto específico: um conjunto de prescrições precisas que antecipam e dirigem uma construção (ou seja, plantas baixas, cortes, fachadas, especificações técnicas, etc.). O projeto é, então, uma resposta possível a uma demanda que só se satisfará com a construção de um edifício. Silva (1998) defende que o projeto não é uma etapa inevitável da produção de um edifício. Ele só é necessário quando aumenta o nível de complexidade de decisões que devem ser comunicadas à execução da obra.

Compreendo o projeto também como um artefato tecnológico, visto que consiste na busca de objetivos práticos utilizando o saber – no caso específico, projetar para construir edifícios ou cidades. O conhecimento manipulado pelo arquiteto não está preocupado em desvelar a verdade, mas está interessado em agir sobre o mundo. Retomarei essa questão adiante.

Além disso, a elaboração de projetos é reconhecida como o núcleo da formação e da personalidade profissional do arquiteto. A habilidade para o projeto estaria expressa na capacidade de síntese de conhecimentos diversos – técnicos, artísticos, humanísticos, etc. A formação do arquiteto, portanto, está organizada a partir da disciplina “tronco” ou pela “espinha dorsal” das disciplinas de projeto justamente porque, nelas, os conhecimentos ministrados ao longo do curso convergiriam para sua aplicação prática na composição (MELLO, 2021).

Para Ferro (2006), o projeto se relaciona com o canteiro de obras (e com seus operários) como um discurso despótico, uma ordem, já que é desenho para a produção precisa e incontestável. E é esse aspecto, formulado por Ferro, que quero discutir. Em um contexto em que o objeto arquitetônico é uma mercadoria e onde o trabalho, por ser assalariado, é estranhado (MARX, 2010), essa antecipação da realidade a que damos o nome de projeto pode ser despótica.

Contudo, o projeto, como ferramenta de antecipação, não é apenas isso. Não está na “essência” do projeto essa imposição despótica. Se o projeto pode ser compreendido como uma técnica, como mencionei anteriormente – e, assim sendo, como uma ação sobre o mundo posicionada, talvez até

mesmo engajada –, é preciso perguntar: a serviço do que e de quem está o projeto? E talvez, mais importante: projetamos contra quem?

No caso particular do Plano Popular para o Corredor das Tropas, o projeto foi uma oportunidade para a “ação criadora de todos”, uma vez que foi elaborado em processo de produção coletiva a democrática. Por ter sido construído dialogicamente, abandonou o “messianismo tecnológico” (FREIRE, 2020, p.11), ou seja, aquela perspectiva que transforma o outro em coisa ou objeto inferior que deve receber dócil e passivamente conteúdos impostos por quem crê ser a sede do saber.

O projeto construiu-se também como uma antecipação de um sonho que, se antes era difuso e abstrato, agora, com o projeto concluído, era claro e palpável. Com o projeto pronto e impresso, era possível “enxergar” o que se quer e, portanto, ter mais claro pelo que lutar. Esse projeto em particular é, por isso mesmo, instrumento de mobilização e de luta por um futuro melhor para a Comunidade do Corredor das Tropas.

Essa experiência demonstrou que o projeto é mais do que uma ordem de serviço ao canteiro; e que o processo de sua elaboração é mais do que a síntese de conhecimentos expressa em um conjunto de desenhos técnicos. O processo de elaboração do Plano ensejou o próprio processo de construção da cidadania. Afinal, se posso decidir sobre como vai ser o meu bairro, por que não decidir como vai ser minha cidade e meu país?

O que quero afirmar é que a técnica projetual – a produção daquele conjunto de prescrições precisas que antecipam e dirigem uma construção, em algumas situações de forma despótica – extrapolou o campo arquitetônico. E o extrapolou porque a técnica é um meio e não um fim. As decisões entre elaborar um plano (ou um projeto) que contemple as necessidades dos moradores pobres e um que afirme os interesses especulativos “dependem de opções e de atos de vontade. É aí que surgem em sua verdadeira dimensão política. (...) Não adianta sobrepor a isto qualquer máscara: a questão de fundo é política mesmo” (SANTOS, 2017a, p.115).

Fora dele (do campo arquitetônico, mas com ele engajado), o processo de elaboração do Plano Popular foi um instrumento de mobilização, de luta por cidadania e, no futuro, será uma ferramenta política de negociação com a municipalidade. A capacidade de luta não está submetida, assim, a uma “competência técnica”, que dará a resposta pretensamente apropriada. Toma-a, contudo, como aliada.

5. Ensinando que profissional reflexivo?

Agora vocês poderiam dizer: “Mas Paulo, você não está de acordo com a capacitação profissional?” Estou. Não há dúvida de que nesse tipo de educação para o poder que nós defendemos também existe a seriedade na formação do trabalhador. Por exemplo, se nós trabalhamos com um grupo de pedreiros, é importante preparar um pedreiro para que ele seja o melhor; mas esta prioridade na formação profissional não esgota o objetivo da Educação Popular, porque existe outra prioridade ao lado dela, sem a

qual aquela não funciona do nosso ponto de vista da libertação.” (FREIRE, 2018, p.209).

É bastante conhecido o livro de Donald A. Schon (2000), *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Nele, o autor elabora a ideia da reflexão-na-ação, ou seja, um processo educativo em que os educandos pensam sobre o que fazem enquanto fazem.

Schon toma o ensino das escolas de Arquitetura como exemplares nesse ensino de reflexão-na-ação. O ateliê de projeto arquitetônico seria, conforme ele, um modelo educacional para a reflexão na ação, pois ele “exemplifica as situações inerentes a qualquer aula prática reflexiva e as condições e os processos essenciais para seu sucesso” (SCHON, 2000, p.26). O ateliê de projeto arquitetônico, portanto, serviria como “protótipos da reflexão-na-ação e da educação para o uso do talento artístico” noutros campos (SCHON, 2000, p. viii). Seria um tipo de educação para a prática que busca tornar aptos os profissionais para “lidar com situações de incerteza, singularidade e conflito” (SCHON, 2000, p.24). Ou seja, aprender na prática algo que a sala de aula não ensina.

Ele descreve o ateliê de projetos como aquele “espaço no qual os estudantes passarão muito tempo de suas vidas profissionais, (...) na maior parte do tempo, envolvidos em buscas paralelas e privadas na tarefa comum do projeto” (SCHON, 2000, p.47). E é aqui que, creio, a questão está incompleta.

Schon dá atenção especial ao ensino dentro do ateliê, momento de elaboração do projeto arquitetônico, que é uma importante etapa da construção civil. Porém, o projeto não é mais do que o meio do caminho para a obra acabada. A obra construída é o fim, e não o projeto que a antecipa. E se a obra construída é o fim, há ainda etapas que antecedem a elaboração do projeto, como o recebimento da demanda, o diálogo com os interessados na construção, os levantamentos de naturezas diversas, a montagem do programa de necessidades, o estudo de viabilidade, etc. Até mesmo o processo de projeto em si não se faz sem a intervenção de um demandante, que discute as alternativas, polemiza as questões, etc.

Em que momento todas essas outras etapas e procedimentos do processo de elaboração de um projeto arquitetônico – que não são exclusivamente aquelas do ateliê – são simulados na formação profissional do arquiteto? Afinal, qual a prática profissional (ou etapa dela) que o ateliê simula? É preciso compreender o exercício profissional de uma forma mais ampla e completa, algo que Schon, obviamente, não faz, uma vez que esse não é o objeto de seu estudo.

A pergunta que quero colocar é: o processo de ensino de um profissional arquiteto reflexivo deve estar limitado ao espaço do ateliê? Creio que não. A formação profissional não se esgota na transmissão de capacidades técnicas. Como refere Bunge, “lamentavelmente, a maior parte da instrução dos estudantes de graduação universitária nas ciências consiste em ensinar técnicas, às expensas de ideias substantivas, como se as técnicas fossem algo mais do que meios para fins” (BUNGE, 2012, p.374-375). Dessa maneira, é preciso formar bons arquitetos, hábeis no complexo processo de

elaboração de projetos arquitetônicos em ateliê, mas isso não esgota o objetivo da educação. É preciso, de um lado, simular todo o processo de trabalho – que vai para além do ateliê. E, além disso, ensinar ideias substantivas.

Afinal, vamos educar para nos adaptar a este contexto, a esta realidade tal qual se apresenta, a estes novos tempos? Ou para intervir nesta realidade, transformando-a? É preciso pensar um sistema educativo baseado noutras lógicas, para “mais além dos limites de um saber puramente utilitário” (FREIRE, 2015, p.160). O caminho é, como cita Freire (2015, p.161), o da “informação formadora”, que é “o conhecimento crítico que implica tanto o domínio da técnica quanto a reflexão política” sobre as implicações do uso da técnica. Afinal, “que educação é essa que forma um mundo de desigualdade? Um mundo em que a competitividade é um valor acima da solidariedade?” (BETTO, 2018, p.58).

Os demandantes – a comunidade do Corredor das Tropas de Pelotas – dialogaram com os pós-graduandos, que os acolheram, ouviram. Em colaboração, construíram coletivamente o programa de necessidade a ser atendido, discutiram e decidiram as melhores alternativas. A construção do Plano Popular do Corredor das Tropas representou um processo de ensino que não se limitou nem se esgotou no ateliê (ou na técnica), mas que praticou a práxis – a “ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 67). Representou, portanto, a possibilidade de formação de um tipo de profissional reflexivo que está preparado para exercer sua atividade com excelência técnica, mas também consciente dos compromissos éticos e morais de sua atuação sobre o mundo. Que sabe que sua atuação é posicionada – já que a técnica não é neutra – e que pode representar certos compromissos com os homens e as mulheres.

6. Considerações finais

Para o filósofo Richard Rorty (1999, p.130), “desengajamento da prática produz alucinações teóricas”. Isso porque, como cita Santos (2017a, p.116), onde “for necessário teoria, ela tem de ser extraída da prática daquela situação concreta, sob pena de sempre servir mal”. Afinal, não há sentido em tentar ensinar teoria da arquitetura aos moradores de ocupações, às lideranças comunitárias, de movimentos sociais e de trabalhadores. “Um verdadeiro trabalho técnico ou intelectual consistiria muito mais em seguir a evolução das idealizações dos favelados até a sua realização prática (uso concreto do espaço), no sentido de recuperá-las sob forma de teoria” (SANTOS, 2017b, p.151). Foi tentando escapar das “alucinações teóricas” que buscamos refletir a partir do “engajamento da prática”, revelada pelo trabalho do Plano Popular junto à população do Corredor das Tropas.

Um trabalho que sugere outras réguas para medir a utilidade do exercício da arquitetura. Utilidade essa que desafia a lógica do lucro ou do sucesso profissional vinculado unicamente à elaboração de projetos de assinatura e formalmente extraordinários, dirigidos a demandas da classe de alta renda. Que vincula o exercício da arquitetura ao bem-viver e ao respeito ao meio ambiente. Que

engaja a atuação profissional na luta pela justiça social, de forma crítica, pautada na solidariedade e na democracia. Que faz os profissionais sonharem com um mundo melhor, no próprio exercício de construção desse mundo.

O Plano para o Corredor das Tropas mostrou, também, como um projeto arquitetônico é mais do que uma ordem despótica ao canteiro de obras. No contexto específico do processo realizado pelos profissionais residentes de Pelotas, ele representou, ainda, a antecipação de um sonho tornado claro e palpável pelo projeto, algo que agora podia ser visto. Com o projeto pronto e impresso, era possível “enxergar” pelo que lutar. Esse projeto em particular foi, por isso mesmo, instrumento de mobilização e de luta por um futuro melhor para a comunidade.

E que o processo de ensino de um profissional reflexivo não deve estar limitado ao espaço do ateliê. Inegavelmente, é importante formar bons arquitetos, hábeis no complexo processo de elaboração de projetos arquitetônicos, mas isso não esgota o objetivo da educação, tampouco o exercício profissional. É preciso, de um lado, simular todo o processo de trabalho – que vai para além do ateliê. E, além disso, ensinar ideias substantivas. Educar para que as pessoas pensem e atuem sobre o mundo para nos tornarmos uma versão melhor de nós mesmos.

Referências

- ALVES, R. **A alegria de ensinar**. Campinas: Papirus, 2012a.
- _____. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Campinas: Papirus, 2012b.
- BARONE, A. C. C.; DOBRY, S. A. "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo. In **Revista PosFAUUSP**, [S.l.], n.15, p.18-31, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>. Acesso em: 14 ago. 2022. Doi: 10.11606/issn.2317-2762.v0i15p18-31.
- BETTO, F. **Por uma educação crítica e participativa**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2018.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mai 2022.
- BUGS, G. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano**. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. In: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio. (Org.). **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. 1ed. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2018, v. 1, p. 1-18.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Caio Santo Amore e o desafio concreto de ser um arquiteto útil**. [s.l.], 2017. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/o-desafio-concreto-de-ser-um-arquiteto-util/>. Acesso em: 10 mai 2022.
- FATHY, H. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia do compromisso: América Latina e organização popular**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GALBIATTI, F.P., FAGUNDES, L.M., RIBEIRO, R.B. **A Construção do Plano Popular do Corredor das Tropas: um processo de formação e reflexão de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo**. Relatório de trabalho do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. UFBA/UFPEL, Pelotas, 2022.

GALIMBERTI, U. **Psiche e techne: o homem na idade da técnica**. São Paulo: Paulus, 2006.

KAPP, S. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. In. **RBEUR**, São Paulo, v.20, n.2, p.221-236, Maio-Ago. 2018. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>

LOPES, J. M. A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. In. **RBEUR**, São Paulo, v.20, n.2, p.237-2353, Maio-Ago. 2018. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p237>.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO, B. C. E. de. O ensino de Arquitetura é uma árvore: deveria ser?. **arq.urb**, [S. l.], n. 30, p. 86–94, 2021. DOI: 10.37916/arq.urb.vi30.459. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/459>. Acesso em: 12 set. 2022.

MELLO, B.C.E. de. NODARI, G., LERSCH, I. M., ROVATI, J. F. Defensor, mediador, consultor: posicionando a universidade. In FERREIRA, L., OLIVEIRA, P., IACOVINI, V. (org). **Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas**. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.

MONTANER, J. M. **Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2009.

PESSOA, F. **Obra poética de Fernando Pessoa**. Volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

RANDOLPH, R. A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de um contra-planejamento até o alcance da justiça social. In: **XIV Coloquio Internacional de Geocrítica – Las Utopias y la Construcción de la Sociedad del Futuro, Barcelona**: Universidad Barcelona, 2016. v. 1. p. 46-62. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_rainerrandolph.pdf. Acesso em 14 ago 2022.

RORTY, R. **Para realizar a América: o pensamento de esquerda no século XX na América**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SANTOS, C. N. F. dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Técnica e favelas. In Machado, M. L. P., SILVA, M. L. P. (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017a.

_____. Como projetar de baixo para cima – uma experiência em favela. Machado, M. L. P., SILVA, M. L. P. (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017b.

SCHON, D.A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.

WHITAKER, J.S. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão? **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em: 24 mai 2022.